



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

OBJETIVO:

Tendo em vista a solicitação do Ministério Público, contidas no Inquérito Civil nº 37/IIP/17 art. 8º Item I, onde questiona a inobservância do que determina Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e a Lei Complementar nº 131/2009. Para atendimento desta, iniciamos uma inspeção nos setores discriminados abaixo, onde foi solicitado as Leis de Criações de cada Unidade Administrativa, no que cabe, a Regulamentação dos Registros de suas Competências e Estrutura Organizacional.

ANÁLISE:

1. Secretaria de Educação e Esportes

Através da CI/SMEE N.º 545 e 547/2017 foram encaminhados as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 530/2000
- LEI 574/2001
- LEI 553/2001
- LEI 755/2004
- LEI 1.016/2011
- LEI 1.167/2015

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de lei específica da Secretaria, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais

2. Secretaria de Agricultura

Através da CI N.º 83/2017, foram encaminhados as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 601/2001
- LEI 692/2002

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de lei específica da Secretaria, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais



3. Secretaria de Administração

Através da CI N.º 495/2017, foram encaminhadas as Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 692/2002

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de lei específica da Secretaria, porém encontra-se inconsistente com as determinações legais

4. Secretaria de Assistência Social

Através da CI N.º 213/2017, foram encaminhados as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 585/2001
- LEI 599/2001
- LEI 964/2010
- LEI 973/2010
- LEI 1008/2011
- LEI 1.197/2016

5. Secretaria de Cultura e Turismo

Através da CI N.º 212/2017, foi encaminhado a Lei e suas alterações:

- LEI 797/2005

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de lei específica da Secretaria, porém encontra-se inconsistente com as determinações legais.

6. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia

Através da RESPOSTA, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 692/2002
- LEI 948/2009 (CRIAÇÃO DA SUDEPAR E ATRIBUIÇÕES)

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de criações de cargos e Superintendência, porém encontra-se inconsistente com as determinações legais.



7. Coordenadoria de Defesa Civil

Através da OF N.º 042/2017, foi encaminhado a Lei e suas alterações:

➤ LEI 577/2001

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata da criação da coordenadoria, mas encontra-se inconsistente, não menciona as atribuições, conforme determinações legais.

8. Controladoria Geral do Município

Através do OF N.º 141/2017, foi encaminhado a Lei e suas atribuições:

➤ LEI COMPLEMENTAR N.º 1.125/2014;

Verificamos a legislação acima que se trata da reestruturação da Controladoria, onde a mesma atende as exigências previstas na legislação.

9. Secretaria de Finanças

Através da OF N.º 087/2017, o Secretário da pasta, informou que tal documento não encontra-se disponível em seu arquivo.

10. Secretaria de Governo

Através da OF N.º 008/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 914/2008
- LEI 819/2006
- LEI 692/2002

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de alteração da estrutura de cargos, não contendo informações como as atribuições, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais.

11. Gabinete da Prefeita

Através da OF N.º 009/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 698/2002



- LEI 692/2002
- LEI 820/2006
- LEI 840/2007
- LEI 914/2008
- LEI 1.232/2017 (LEI DE CRIAÇÃO DO SUP.). DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS.

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de alteração da estrutura de cargos, não contendo informações como as atribuições, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais.

12. Superintendência da Guarda Municipal

Através da CI N.º 462017, foi encaminhado a Lei e suas atribuições:

- LEI 588/2001

Verificamos a legislação acima que se trata da lei de criação da superintendência da Guarda Municipal não contendo informações como as atribuições, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais.

13. Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

Através da CI N.º 007/2017, foi encaminhado a Lei e suas atribuições:

- LEI 1.232/2017

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata da criação da Superintendência onde regulamenta os cargos e suas atribuições, conforme exigido.

14. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Através da CI N.º 113/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 680/2002
- LEI 889/2008

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de lei específica da Secretaria, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais



15. Ouvidoria Geral

Através da CI N.º 006/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 692/2002
- LEI 698/2002
- LEI 964/2010

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de Lei Criação dos cargos sem atribuições, encontra-se inconsistente com as determinações legais.

16. Procuradoria Geral do Município

Através da CI N.º 097/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2002
- LEI 1.096/2013
- LEI 1.259/2017

Verificamos as legislações acima, onde as Leis 1.096/2013 e 1.259/2017 são específicas da Procuradoria, atendendo as previsões legais.

17. Secretaria de Qualidade de Vida da Terceira Idade

Através da CI N.º 061/2017, foi encaminhada a Lei e suas atribuições:

- LEI 1.068/2013

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata da criação da Secretaria onde regulamenta os cargos e suas atribuições, conforme exigido.

18. Secretaria de Relações Institucionais

Através da CI N.º 124/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 964/2010
- LEI 951/2009

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata da criação da superintendência onde regulamenta os cargos, mas não tem as atribuições dos cargos, encontra-se inconsistente com as determinações legais



19. Secretaria de Saúde

Através da OFICIO N.º 161/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 692/2002
- LEI 852/2007

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata das criações de todos os cargos e alteração da estrutura organizacional, não contendo as atribuições dos cargos, porem encontra-se inconsistente com as determinações legais.

20. Secretaria de Trânsito e Transportes

Através da CI N.º 135/2017, foi encaminhado a Lei e suas alterações:

- LEI 574/2001

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata de criações de todos os cargos, porem encontra-se inconsistente, com as determinações legais.

21. Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda

Através da CI N.º 019 e 022/2017, foi encaminhado a Lei e suas alterações:

- LEI 973/2001

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata da Lei de criação especifica, porem encontra-se inconsistente, com as determinações legais.

22. Secretaria de Planejamento

Através da CI N.º 034/2017, foram encaminhadas as seguintes Leis e suas alterações:

- LEI 574/2001
- LEI 822/2006
- LEI 692/2002

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata das criações de todos os cargos, porem encontra-se inconsistente, com as determinações legais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM

23. Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Através da CI N.º 094/2017, foi encaminhada a Lei e suas alterações:

➤ **LEI 574/2001**

Verificamos a legislação acima, a mesma se trata das criações de todos os cargos, porem encontra-se inconsistente, com as determinações legais.

CGM



CONCLUSÃO

De acordo com as não conformidades detectadas durante a inspeção documental, notou-se a falta de atribuições dos cargos na Legislação Específica nas Secretarias Municipais de: **Administração, Assistência Social, Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Educação e Esportes, Finanças, Governo, Gabinete da Prefeita, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Obras e Serviços Públicos, Planejamento, Saúde, Trânsito e Transportes**, no qual determina o registro de suas competências e estrutura organizacional.

De acordo com as conformidades detectadas durante a inspeção documental, notou-se que as Secretarias Municipais de **Qualidade de Vida da Terceira Idade, Controladoria Geral, Procuradoria Geral, Superintendência de Compras, Licitação e Contratos**, estão de acordo no que determina a Legislação.

Observou-se também que as Secretarias Municipais de **Cultura e Turismo, Guarda Municipal, Trabalho, Emprego e Renda, Ouvidoria, Relações Institucionais e Coordenação de Defesa Civil**, estão em conformidade, mas as atribuições estão inconsistentes, no que determina, havendo necessidades de uma complementação e atualização das referidas Leis.

Diante do apresentado, envio o resultado da Inspeção Interna realizada, tendo em vista determinações previstas, no que trata as inobservâncias. Solicitamos a Excelentíssima Senhora Prefeita a atualização das **Leis de Criação** que estão inconsistentes com a Legislação e a **Criação das Leis Específicas** para as Secretarias que não atendem a Legislação.

Sugiro que na apresentação de Projeto de Lei para regulamentação das Secretarias mencionadas, não haja aumento de despesas com pessoal, visto que os limites impostos pela Lei Complementar 101/2000, não podem ser desrespeitados.

Paracambi, 10 de outubro de 2017


Nilton Sant'Anna Gonçalves
Controlador Geral do Município



Paracambi, 10 de outubro de 2017

OFÍCIO CGM/PMP N.º 162/2017

Senhora Prefeita,


Considerando que é de competência desta Controladoria, verificar e fiscalizar as condições de Organização, visando o bom funcionamento da Prefeitura.

Considerando a necessidade de atender o **Ofício n.º 1087/IIP/17 Inquérito Civil n.º 37/IIP/17** do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Plano de Auditoria de 2017, **Auditoria 02 "Estrutura Organizacional"**.

Foi realizado uma inspeção na Estrutura Organizacional da Prefeitura, visando valorizar a contribuição de cada Setor, para a efetividade das ações de interesse público, por meio do seu desempenho, envolvendo os dirigentes e os servidores em um projeto comum de eficiência e eficácia organizacional, promovendo o trabalho em equipe e a organização no cumprimento de metas e resultados. Tomo a iniciativa de encaminhar o Relatório da Inspeção, para que seja providenciado na maior celeridade possível providências cabíveis que o caso requer.

Colocando-me a disposição de Vossa Excelência, aqui fico reiterando os votos de estima, consideração e apreço.

Atenciosamente,



Nilton Sant Anna Gonçalves
Controlador Geral do Município

Excelentíssima Senhora
Lucimar Cristina da Silva Ferreira
Prefeita do Município de Paracambi

*Recebido por
DEO Gonçalves
10/10/17
Danuli m. morais.*



Estado do Rio de Janeiro
Município de Paracambi
Gabinete da Prefeita



Paracambi, 17 de outubro de 2017

OFÍCIO GP/PMP N.º 565/2017

Prezado Controlador,

Venho pelo presente, comunicar que tomei conhecimento da Inspeção na **Estrutura Organizacional da Prefeitura**, visando atender ao **Ofício n.º 1087/IIP/17 Inquérito Civil n.º 37/IIP/17** do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Plano de Auditoria/ 2017, **Auditoria 02 "Estrutura Organizacional"**.



Determino que as Secretarias elaborem Projetos de Lei, onde fiquem claras as atribuições dos cargos, suas respectivas finalidades e organograma, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Cabe salientar, que não poderá haver aumento de despesas com pessoal em respeito à **Lei Complementar 101/2000 - LRF**. Os referidos Projetos de Lei, que por ventura criarem aumento de despesas serão rejeitados automaticamente.

Atenciosamente,


Lucimar Cristina da Silva Ferreira
Prefeita

Ilmo Senhor
Nilton Sant' Anna Gonçalves
Controlador Geral do Município


17/10/17


Nilton Sant' Anna Gonçalves
Controlador Geral
Mat. 14558



"Seja esperto: não use drogas!"

RUA JUIZ EMILIO CARMO, Nº 50 CENTRO PARACAMBI - RJ CEP: 26600-000
EMAIL: gabinete@paracambi.rj.gov.br TEL: (21) 2683-1875
CNPJ: 29.138.294/0001-02



Paracambi, 18 de outubro de 2017

OFÍCIO CIRCULAR CGM/PMP N.º 166/2017


Prezados (as) Secretários (as),

Considerando o **Ofício GP/PMP 565/2017 e Inquérito Civil nº 37/IIP/17** do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Encaminho para ciência e providências a determinação da Excelentíssima Prefeita, para que elaborem Projetos de Lei, onde fique claro as atribuições dos cargos e suas respectivas finalidades e organograma, no prazo de 90 (noventa) dias.

Cabe salientar que, não poderá haver aumento de despesa com pessoal.

Atenciosamente,


Nilton Sant' Anna Gonçalves
Controlador Geral do Município

SECRETARIAS MUNICIPAIS:

Administração, Assistência Social, Agricultura, Cultura e Turismo, Desenvolvimento Econômico, Defesa Civil, Emprego e Renda, Educação e Esportes, Finanças, Governo, Saúde, Chefe do Gabinete da Prefeita, Guarda Municipal, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ouvidoria, Obras e Serviços Públicos, Planejamento, Relações Institucionais, Trânsito e Transporte.